PLANOS COMUNITÁRIOS DE REDUÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA: RESILIÊNCIA FRENTE A AMEAÇAS CLIMÁTICAS PELO REFORÇO AO PROTAGONISMO DAS PERIFERIAS (SESSÃO LIVRE)

Fernando Rocha Nogueira
PGT/UFABC - MCidades | fernando.nogueira@ufabc.edu.br

Resumo geral: Quando pensamos nas causas dos riscos que estão presentes em nossas cidades, podemos perceber que eles são construídos pela forma com que a cidade se desenvolve, muito marcada pela segregação territorial da população mais pobre, que vive nos terrenos de menor valor de mercado - mais frágeis ambientalmente e menos providos de serviços e infraestrutura urbana. Eles indicam potencialidades de desastres de todas as dimensões e impactos, mas que afetam muito mais expressivamente os moradores das periferias e favelas brasileiras.

No atual contexto de emergência climática, temos presenciado eventos extremos cada vez mais diversos, recorrentes e intensos. Ondas de calor e vendavais destrutivos impõem pautas aceleradas nas agendas dos governos locais, inundações avassaladoras nos estados do Sul geram impactos tão dramáticos quanto a (outrora) inimaginável seca amazônica. Esse cenário tem imposto novas questões às diversas disciplinas científicas, à sociedade e à gestão pública. Seu enfrentamento demanda inovações profundas na forma de produzir conhecimento, disseminá-lo e decidir sobre ações e medidas que sejam orientadas para a prevenção e mitigação dos diversos riscos.

É nesse rumo que estão sendo construídos os Planos Comunitários de Redução de Risco e Adaptação Climática (PCRA), reconhecendo que as práticas top-down (de cima para baixo) contribuem essencialmente para o insucesso da redução de risco de desastre e da capacidade adaptativa das cidades.

Planos Comunitários de Redução de Risco e Adaptação Climática (PCRA) são instrumentos da política Periferia Sem Risco da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades em processo de implantação e de construção de metodologias referenciais. Trata-se de política estratégica para planejar ações preventivas e medidas de adaptação em escala intraurbana,

como bairros, núcleos e favelas nas periferias urbanas. Embora muitas vezes as causas dos desastres possam ser explicadas por processos regionais ou até globais, seus impactos são fortemente determinados pela exposição e vulnerabilidade nessa escala territorial.

A missão dos Planos Comunitários é adequar a leitura técnico-comunitária às diferentes realidades socioculturais, sustentando-se no diálogo permanente entre moradores, lideranças, poder público e assessoria técnica, além de propor estratégias para os riscos encontrados nos territórios e para redução das desigualdades urbanas.

O principal objetivo dos PCRA é reduzir as vulnerabilidades da comunidade por meio da identificação e análise dos riscos presentes no território periférico e estimular maior resiliência frente às ameaças pelo protagonismo comunitário na identificação dos riscos, no entendimento das causalidades e na governança das ações e das soluções.

A comunidade pode estabelecer parcerias com universidades públicas, movimentos sociais, gestões municipais (prefeituras) e estaduais (secretarias de estado), além de organizações da sociedade civil.

Para a elaboração dos PCRA, recomendam-se as seguintes atividades:

- Mobilização e leitura diagnóstica técnico-comunitário, contemplando metodologias participativas e dialógicas para interação com os moradores e lideranças locais no intuito de apresentação entre os atores, discussão dos objetivos do PCRA, planejamento das atividades a serem desenvolvidas e troca de informações e conhecimento entre as partes.

- Identificação e análise das múltiplas ameaças ambientais e das vulnerabilidades do contexto socioterritorial específico, co-produzidas com os moradores e lideranças locais, integrando seus saberes e memórias;

- Desenho técnico-comunitário das ações e intervenções que estimulem práticas coletivas antecipatórias frente às emergências climáticas, buscando definir procedimentos de autoproteção comunitária;

- Consolidação de diretrizes para os problemas identificados, priorizando obras e soluções sustentáveis em prol da adaptação climática e da qualificação do ambiente urbano local.

Nesta sessão livre serão apresentados e debatidos 5 PCRAs em desenvolvimento.

PLANOS COMUNITÁRIOS EM CONTEXTO DE ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA: ENTRAVES E POSSIBILIDADES NAS FAVELAS DO "COMPLEXO JARAGUÁ" - SÃO PAULO, E NA VILA JOANINHA - DIADEMA

Talita Anzei Gonsales
LabJuta/Lepur/PPG-PGT/UFABC | E-mail

A apresentação terá como objetivo apresentar os principais entraves e possibilidades encontrados ao longo da construção dos Planos Comunitários de Redução de Risco e

Adaptação Climática (PCRA) em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que estão sob coordenação de docentes da Universidade Federal do ABC. Trata-se do Complexo Jaraguá, em São Paulo, e a Vila Joaninha, em Diadema. A finalidade é apontar questões que colaborem para a construção de um política pública para gestão de riscos na escala local, considerando proximidades e diferenças no arranjo institucional de cada PCRA.

O PCRA do "Complexo Jaraguá" (Favelas da Estação e Comunidade Vira-Lata) parte de uma interlocução direta entre universidade e comunidades, que se constroi a partir da relação prévia com o movimento de moradia. O projeto visa construir de maneira colaborativa, junto aos moradores, as lideranças comunitárias, o movimento de moradia e os laboratórios de pesquisa envolvidos, a produção de um plano popular para a gestão de riscos nesses territórios. Para isso, se propõe a implementar estratégias participativas que construam uma leitura do território a partir da percepção, vivência e demanda de seus moradores. Também se propõe a indicar ações para melhorar as condições de segurança das famílias a partir dos diálogos e da fricção entre o saber técnico e popular.

O PCRA da Vila Joaninha tem objetivos semelhantes aos do Complexo Jaraguá, mas apresenta o diferencial de ter sido proposto a partir da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Diadema, em uma área que recentemente passou por um processo de urbanização. A dinâmica recente de novas ocupações tem gerado novas situações de risco e processos de re-precarização, além da sobrecarga nas redes de infraestrutura, situações que demandam a abordagem multi risco.

Em ambos os casos, se por um lado há uma série de potencialidades que surgem ao longo da experiência, por outro, esses processos não ocorrem sem conflitos, contradições e limites. Por exemplo, os conflitos fundiários, as fragilidades sócio-políticas, a forte presença e controle de agentes que fazem a gestão territorial privada do território, assim como o alto grau de vulnerabilidade encontrada. Entende-se que é no enfrentamento e na gestão dessas situações de conflito e perigo, que poderemos avançar no debate para a construção de uma política pública de gestão de riscos na escala local, contribuindo para o fortalecimento e autonomia popular.

PLANOS COMUNITÁRIOS DE MANEJO DE RISCO E DESASTRES: COMPLEXO DO ALEMÃO (RIO DE JANEIRO) E LOTE XV (BELFORD ROXO)

Orlando Alves dos Santos Junior
IPPUR/UFRJ | orlando.santosjr@gmail.com

O objetivo é apresentar e refletir sobre a experiência de elaboração de planos comunitários de manejo de riscos em duas comunidades: Lagoinha, situada na favela Complexo do Alemão (Zona Norte), no Rio de Janeiro, e Lote XV, especificamente no entorno da Canal do Outeiro, em Belford Roxo, situado na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na região da da Baixada Fluminense. A experiência envolve o desenvolvimento de uma metodologia de

trabalho bastante semelhante, aplicada com adaptações decorrentes das especificidades de cada localidade. No entanto, sobressaem alguns desafios comuns: (i) as duas comunidades estão em territórios dominados por grupos armados, ligados ao tráfico de drogas. Não é possível entrar em determinadas ruas sem o prévio aviso e consentimento dos grupos que controlam esses territórios, em especial nas suas áreas mais vulneráveis onde estão presentes e vigilantes. O domínio armado impõe limites de circulação, exige a contínua negociação em torno das atividades que são realizadas e limitam a plena apropriação dos espaços públicos pela comunidade; (ii) nas duas comunidades existem associações de moradores, mas a participação e a mobilização comunitária é muito pequena. Apesar dos esforços na divulgação e mobilização para as reuniões do projeto, a participação tem sido pequena, exigindo criatividade e outras formas de comunicação, onde os animadores de rua se tornam mediadores fundamentais; (iii) Nas reuniões e conversas com a população residente, percebe-se uma forte descrença nas instituições estatais, um sentimento de abandono por parte do Estado,e a dúvida em torno dos possíveis resultados do projeto, o que evidentemente impacta as atividades planejadas; (iv) As duas comunidades são marcadas por fortes carências e alto grau de pobreza, que alimentam, de um lado, o baixo associativismo, a desinformação e a descrença nas instituições estatais, e de outro, as estratégias de sobrevivência e o individualismo; e (v) a elaboração dos diagnósticos participativos de forma a promover a participação mais ampla possível de moradores, apesar das dificuldades de mobilização retratadas, e incorporar esse processo de escuta no escopo dos planos comunitários. Como estratégia, destaca-se a Incorporação nos planos comunitário participativos de quatro dimensões: (i) a identificação das áreas de risco e mais sujeitas aos efeitos dos eventos climáticos; (ii) a indicação de intervenções estruturais de baixa, média e alta complexidade; (iii) ações e estratégias para o manejo das situações de risco e desastres; (iv) agenda e estratégia de continuidade, a ser trabalhada com as instituições e lideranças locais.

PLANO URBANÍSTICO COMUNITÁRIO DA MURIBECA - PUC 3: GESTÃO E REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES

Manoela Jordão
Centro Popular de Direitos Humanos/Recife | manoela.jordao@gmail.com

As comunidades que se formaram no entorno do antigo Conjunto Muribeca, construído pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), e que foram condenados e demolidos em 2019, lutam pela permanência no território, mesmo diante das constantes investidas do executivo municipal e da Justiça Federal, a qual determinou a indenização dos antigos moradores do Conjunto, dando início ao êxodo habitacional na localidade. Atualmente, a agressão se dá com aterros de áreas naturais de acúmulo de água e com o desvio e a canalização do Canal Mariana, violando importantes leis federais para atender interesses privados do setor logístico.

Os impactos socioambientais desta intervenção incluem, alteração da dinâmica de drenagem e a aceleração do fluxo hídrico, aumentando riscos de alagamento, de inundação e de erosão; além da remoção forçada de famílias e a inviabilização de habitações consolidadas há décadas, gerando insegurança habitacional e fragmentação social, sobretudo quando novas famílias são colocadas em Área de Preservação Permanente, dado o deslocamento do curso d'água. As lacunas e negligências do planejamento urbano de Jaboatão dos Guararapes foram exploradas na Nota Técnica: "Mudanças Climáticas Climáticas e risco de deslizamento e inundação em Jaboatão dos Guararapes - Um chamado por ações de redução de riscos e adaptação climática comprometidas com o direito à moradia".

O Plano Comunitário de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA) da Muribeca, coordenado pelo Somos Todos Muribeca e pela Comissão Ambiental Jaboatão dos Guararapes, em parceria com a Cooperativa Arquitetura Urbanismo e Sociedade, tem como objetivo enfrentar os riscos acima citados, especialmente nas comunidades do Conjunto Muribeca, Nova Muribeca, Conjunto Brasil Novo e Loteamento Brasil Novo, aliando proteção ambiental, permanência no território e fortalecimento comunitário frente à crise climática. Na Frente de Ação Emergencial, as ações priorizam a instrumentalização da comunidade, a partir do diagnóstico territorial, via pesquisa de campo e oficinas comunitárias, para identificar áreas vulnerabilizadas, rotas seguras, abrigos temporários, criar um sistema de alerta-alarme, preparar kits emergenciais e formar lideranças locais que atuarão em emergências. Já a Frente de Intervenções Territoriais foca nas diretrizes de redução de risco à inundação e de remoções, propondo cenários de reordenamento do uso do solo com foco no enfrentamento de enchentes, desenvolvidos em diálogo com a comunidade, por meio de oficinas. Também se considera a realocação interna de famílias mais vulnerabilizadas, respeitando a preferência da comunidade por permanecer no território, considerando a existência de terrenos/áreas vagas e de posse da prefeitura em seu entorno.

PLANO COMUNITÁRIO DE REDUÇÃO DE RISCO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA DO SOL NASCENTE: METODOLOGIA DO LABORATÓRIO PERIFÉRICO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Liza Maria Souza de Andrade
PPG-FAU/UnB | liza@unb.br

O artigo apresenta a metodologia desenvolvida e aplicada ao projeto "Plano Comunitário de gestão e redução de riscos em comunidades do Trecho 2 e 3 do Sol Nascente" em Ceilândia – DF, vinculado ao programa "Periferia Sem Risco" da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), desenvolvido por equipe transdisciplinar no âmbito do Laboratório Periférico Assessoria Sociotécnica da Universidade de Brasília junto com os agentes territoriais e movimentos sociais locais.

O território está inserido na Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol, localizada nas Bordas de Ceilândia, onde a comunidade tem enfrentado, recorrentemente, as consequências

de uma urbanização incompleta e das mudanças climáticas, que juntas, geram alagamentos, enxurradas, erosão e problemas sanitários.

O objetivo do plano é mapear situações de risco e propor, de forma participativa, diretrizes para infraestrutura local a curto e médio prazo, utilizando-se de Soluções Baseadas na Natureza (SBN). A fim de criar uma gestão de risco participativa com a Defesa Civil do DF, tendo a sociedade como agente ativo e transformador, gerando assim comunidades mais seguras, resilientes, sensíveis à água e adaptadas às novas realidades ambientais.

Diante das complexidades socioespaciais, agravadas por desafios hidrogeológicos, problemas sanitários e pela inadequação de drenagem feita pela Secretaria de Obras do DF, destacou-se a importância da participação comunitária na formulação de estratégias voltadas à redução de riscos e ao fortalecimento da resiliência local em um território caracterizado por processos informais de urbanização, sujeito a impactos hidrometeorológicos recorrentes.

Com base em metodologias participativas desenvolvidas pelo Periférico, a iniciativa promoveu o mapeamento afetivo e a identificação de situações de risco no território, culminando na formulação de diretrizes para a criação de uma infraestrutura local sustentável e resiliente em 6 categorias: drenagem, revegetação, água e esgoto, agricultura urbana, mobilidade urbana e contenção de encostas. Dessa forma, a comunidade foi posicionada como protagonista no enfrentamento dessas adversidades.

A integração de SBN e o envolvimento direto da sociedade civil como agente transformador possibilitaram a construção de uma gestão de riscos inclusiva, colaborativa e adaptada às especificidades locais. Paralelamente, a conexão estabelecida entre a comunidade e a Defesa Civil orientou a elaboração de um plano de contingência comunitário e o encaminhamento para a consolidação de um NUPDEC. Alinhado às demandas contemporâneas de desenvolvimento sustentável e adaptação climática, a metodologia do PCRA obteve o reconhecimento no Compêndio de Abordagens Baseadas na Comunidade para Redução de Riscos de Desastres, publicado durante o G20 no Rio de Janeiro.